

Mais uma vez sobre o capitalismo de Estado¹

Tatiana Khabarova

Maio de 2002

O QUE É em geral o capitalismo de Estado?

O capitalismo de Estado é um regime económico em que o Estado intervém como um proprietário privado solidário e comum, como um detentor associado de propriedade privada que exprime o interesse dos proprietários privados.

No nosso país muitos gostam de repetir o pensamento de V.I. Lénine de que o monopólio capitalista é a preparação material completa para o socialismo. Mas não se pode entender isto de uma forma simplista, como se bastasse chegar ao poder, nacionalizar a grande indústria capitalista para se obter logo o socialismo.

Tenho afirmado à exaustão de ano para ano – nomeadamente neste auditório não é a primeira vez que falo deste assunto – que toda a forma de propriedade só se completa e se torna funcional historicamente em parilha com o princípio que lhe se corresponde de consolidação e distribuição do sobreproduto global, ou rendimento líquido.

Ora os princípios de formação de rendimento na propriedade socialista e na propriedade burguesa são directamente opostos, antagónicos, mesmo quando a propriedade burguesa se reveste da forma estatal.

Com efeito, a propriedade burguesa pode ser socializada completamente e conservar, no entanto, o seu carácter explorador. No plano teórico isto é conhecido desde há muito, trata-se do modelo de Walras.² Uma tal economia super-exploradora pode ser planificada a partir de um centro único, com a ampla utilização da técnica informática. Na prática a planificação realiza-se através da fixação centralizada dos preços.

Pode-se especular à volta disto ligando este esquema – naturalmente nas suas variantes contemporâneas – à sociedade socialista e apresentando-o como a última palavra da ciência económica. No nosso país tais tentativas foram feitas nos anos 60 – quando teve lugar o massivo pogrom diversionista das bases da economia socialista estabelecidas na

¹ Intervenção no seminário do Comité da Cidade de Moscovo do PCUS, em 17 de Maio de 2002.

² Léon Walras (1834-1910), economista francês fundador da teoria do equilíbrio da concorrência perfeita, mediante a regulação dos preços, a qual permitiria a plena utilização de todos os factores de produção. (*N. Ed.*)

época de Stáline. Nisto empenharam-se particularmente os teóricos da chamada «*planificação otimizada*», entre eles o académico Fiodorenko com o seu famoso «*sistema optimizado de funcionamento da economia*» (SOFE). E, dado o seu carácter evidente restauracionista-burguês, juntamente com este SOFE toda esta vaga foi travada durante algum tempo.

Mas qual era o cerne da questão e por que razão os esquemas da «*planificação otimizada*», apesar de toda a sua envolvente matemática e planificadora, foram naquele momento justamente qualificados por uma parte significativa dos nossos cientistas, não como uma descoberta científica, mas como uma tentativa aberta de restauração do capitalismo?

O cerne da questão estava precisamente no princípio da formação de rendimento. Mesmo que a propriedade burguesa adquira a forma estatal, o princípio da formação de rendimento não muda, o lucro continua a acumular-se proporcionalmente ao capital investido, a lei da taxa média de lucro torna-se gradualmente na lei da extracção do lucro máximo e, finalmente, do superlucro; e no outro pólo social forma-se correspondentemente o brutal sistema de super-exploração dos trabalhadores, que é conseguido, em primeiro lugar, através do estabelecimento dos preços de consumo ao nível dos gastos máximos.³

A partir deste exemplo pode-se ver mais uma vez o quanto é imperfeita e retrógrada a comparação da economia capitalista e socialista em termos de «*plano-mercado*». A questão não está nem no mercado nem no plano. Tanto o mercado como o plano – a cada momento na sua modificação específica histórico-concreta – têm lugar tanto no capitalismo como no socialismo. A genuína oposição entre estes dois modos de produção reside – repito mais uma vez – no princípio de consolidação e distribuição do sobreproduto global.

O Estado soviético confrontou-se com este problema no período do comunismo de guerra, quando se nacionalizou a indústria – e se compreendeu que para o seu pleno funcionamento havia alguma coisa extremamente essencial que faltava. Era de tal modo essencial que, caso não fosse encontrada, o próprio poder soviético não perduraria. Essa «*coisa*» era o princípio da formação de rendimento. Faltava o princípio socialista de acumulação e distribuição do rendimento social líquido.

A causa, e o sentido conceptual, da viragem para a *NEP* [Nova Política Económica (*N. Ed.*)] foi a ausência do princípio socialista de consolidação do sobreproduto, daqui a inevitabilidade de um recuo temporário para o esquema capitalista de formação dos preços e do rendimento.

Agora é preciso fazermos as necessárias precisões relativamente ao termo «*capitalismo de Estado*» na sua aplicação à *NEP*. No nosso país nunca houve capitalismo de

³ A expressão usada no original (*закрывающие затраты*), para a qual não conseguimos encontrar um equivalente em português, poderá ser traduzida literalmente como gastos «*fechados*», ou seja, os custos da produção registados numa dada empresa onde estes atingem o nível mais elevado. Sobre esta questão, Armando de Castro explica-nos que «*os preços não incluem, além dos valores dos encargos, (...) o lucro particular de cada empresa, mas sim o lucro médio do conjunto de todas elas. (...) Como há empresas cujo nível tecnológico e organizativo se situa abaixo da média do conjunto de cada ramo e outras se situam acima, aquelas são penalizadas perdendo no processo global da sociedade a diferença para menos da sua produção de valores, ao passo que as outras, situando-se acima da média, vão ganhar essa diferença.*» (*Lições de Economia*, Caminho, 1982, p. 162). (*N. Ed.*)

Estado na verdadeira acepção da palavra, incluindo durante a *NEP*; i.e., nunca o Estado soviético interveio como agente consciente e determinado das relações de mercado numa base capitalista. No nosso país, chamava-se capitalismo de Estado no período da *NEP* aos diversos elementos de economia capitalista privada sob o controlo do Estado da ditadura do proletariado (concessões, empresas nacionalizadas cedidas mediante o pagamento de uma renda, etc.). A ditadura do proletariado não só não participava directamente nesta anarquia do empresariado privado, temporariamente admitida, mas, pelo contrário, exercia sobre ela o controlo mais rigoroso, reservando para si – como é conhecido – todas as alavancas de comando da economia.

O mecanismo de consolidação e distribuição do sobreproduto global, ou rendimento líquido social, foi encontrado e estabelecido na prática na nossa economia nacional no decorrer dos anos 30 e 40 do século passado. Chamava-se «*sistema de preços de duas escalas*» ou, de forma mais geral, modelo económico de Stáline. Qual era a sua forma e como funcionava já o descrevi centenas de vezes e não vou fazê-lo aqui, há trabalhos já publicados,⁴ nomeadamente no jornal *Svetotch* que foi distribuído neste seminário; é preciso ler o que é publicado. As descobertas científicas e socioeconómicas não deixam de existir pelo facto de não serem lidas.

COM A DESCOBERTA do princípio de formação do rendimento que lhe é adequado, a propriedade social socialista adquiriu a forma de sistema completo; i.e., não só os meios de produção ficaram socializados como também, o que é o principal, ocorreu a **SOCIALIZAÇÃO DO SOBREPORDUTO GLOBAL**. Por outras palavras foi resolvida nas suas partes determinantes a tarefa fundamental da revolução proletária – a qual não consiste simplesmente em que as fábricas e empresas e tudo o mais passem formalmente para a propriedade do Estado operário e camponês, mas consiste em que o sobreproduto, produzido nestas fábricas e empresas, na medida mais plena possível, seja entregue aos trabalhadores como proprietários associados destes meios de produção.

E para isso o sobreproduto deve consolidar-se ao nível da economia nacional – e de nenhuma forma ao nível das unidades produtivas – e deve ser distribuído também unicamente através de canais sociais. Tudo isto foi realizado no modelo de Stáline, onde a parte do rendimento social líquido, que é restituída aos trabalhadores como proprietários associados, era entregue sob a forma de redução regular dos preços a retalho dos produtos básicos e do aumento dos fundos de consumo social gratuito.

A criação e a entrada em funcionamento com sucesso do mecanismo de socialização do sobreproduto são realizações cimeiras da época de Stáline, até hoje não entendidas e não valorizadas pela generalidade das pessoas, apesar de por si próprias superarem todas as outras realizações daquele período. Nenhum modelo de socialismo que tenha existido, existente ou proposto, à excepção do de Stáline, se elevou a tal altura. Decorre daqui uma conclusão unívoca: a economia soviética dos tempos de Stáline é – nos seus princípios, ao nível conceptual – a **ECONOMIA SOCIALISTA EM SI**, a economia socialista erigida **COMO SISTEMA**. Naturalmente que havia imperfeições, insuficiências, muitas coisas simplesmente não foram aplainadas até ao fim, esmeriladas, mas tudo isto não invalida

⁴ Sobre este tema ver, entre outros: <http://www.hist-socialismo.com/docs/KharbarovaEconomiaSocialista.pdf>; <http://www.hist-socialismo.com/docs/KhabarovaMaisValia.pdf>; http://www.hist-socialismo.com/docs/Socialismo_e_%20Capitalismo_de_Estado.pdf; http://www.hist-socialismo.com/docs/Socialismo_e_mercado.pdf. (N. Ed.)

nem afecta o principal: no modelo de duas escalas, e unicamente nele, foi possível alcançar a plena congruência sistémica no socialismo entre a forma de propriedade e a forma de extracção e distribuição do rendimento social líquido. Por isso é preciso eliminar da forma mais decidida todos os rótulos imbecis que durante décadas foram postos, e hoje continuam a ser postos, no modelo de duas escalas. E enquanto não o fizermos, o passado, o presente e o futuro do país não nos aparecerão à sua verdadeira luz, e o nosso chamado movimento comunista não terá possibilidades nem capacidades para avançar realmente numa direcção, em vez de ficar apenas a marcar passo.

Voltando ao capitalismo de Estado, no nosso país foram dados passos nesta direcção no decurso da famosa «*reforma económica*» de 1965-67. A finalidade deste plano diversionista consistia em cortar a mais importante ligação entre a forma de propriedade e o modo de consolidação do rendimento líquido. E cortaram-na. Decretaram a formação de lucro proporcionalmente aos gastos de trabalho social, e não de trabalho vivo como acontecia no modelo de Stáline. I. e., colaram à propriedade socialista um substituto, que lhe é alheio na sua raiz, do princípio capitalista da formação e distribuição do sobreproduto. O processo de formação de rendimento passou, em grande medida, do nível do Estado para o nível das empresas e ministérios, os canais sociais de distribuição definharam, pôs-se fim à redução de preços, os trabalhadores, na sua massa, deixaram de ser os principais beneficiários do rendimento, e esse beneficiário tornou-se a cúpula dirigente, incluindo a do Partido.

Eis a causa e a origem da inegável crise que dilacerou o país, pelo menos a partir de meados dos anos 60. Naturalmente que também dessa vez não surgiu nenhum capitalismo de Estado no nosso país, no entanto, – dado que o Estado dava cobertura a tal curso das coisas – voluntaria ou involuntariamente o Estado adquiriu os traços de «*capitalista solidário*» ou mesmo de «*explorador solidário*» que lhe são característicos em situações análogas na sociedade burguesa.

Deve-se sublinhar que isto não foi uma degeneração interna espontânea do poder soviético, uma vez que o regime soviético, por si só, não podia degradar-se ao ponto de entrar no marasmo que surgiu em resultado da reforma de Kossíguine. Mas o povo não entrava nestas subtilezas e, simplesmente, no momento decisivo recusou dar ao Estado socialista o seu apoio activo de massas. Aconteceu o que aconteceu.

Resumindo, o capitalismo de Estado, nas suas diversas variantes, é tão estranho e antagónico ao nosso regime como o «*simples capitalismo*» sem outros epítetos. Não nos devemos iludir por ser *de Estado*, e por isso de alguma forma ser «*nosso*» – e constituir um degrau, a preparação, etc. Ele não é «*nosso*» mais do que o feudalismo estatal, quando no tempo da servidão metade dos camponeses no nosso país pertencia directamente ao poder monárquico. O feudalismo de Estado também foi a preparação e um degrau, só que acabou por ficar nesse degrau. Com Stáline entrámos pela nossa senda para a história universal e é a ela, a essa senda, que precisamos de regressar. Os namoriscos com esquemas sociais incompatíveis do ponto de vista de classe nunca levaram e não levarão no futuro a nada de bom.

Tatiana Khabarova

Doutorada em Ciências Filosóficas

Secretária-coordenadora da Plataforma Bolchevique no PCUS

Membro do Comité Executivo do Congresso de Cidadãos da URSS